

OES
6-1-88

P 5.

ANC

Custo da campanha assusta

SÍLVIA CAETANO
E FLAMARION MOSSRI

Numerosos constituintes aceitam a tese das eleições gerais este ano, simultâneas com a escolha do novo presidente da República; alguns condicionam a realização do pleito à forma de governo que vier a ser adotada, enquanto outros excluíam dele os governadores e deputados estaduais. No entanto, a julgar pelos comentários, confidências discretas insinuações, a maioria não votará a favor de uma emenda determinando a realização de eleições gerais em novembro pelo simples fato de não estar disposta a enfrentar nova campanha eleitoral e, conseqüentemente, seus gastos e problemas.

A maioria também tem opinião firmada sobre o assunto e não se deixa influenciar por declarações recentes de membros do governo admitindo eleições gerais este ano como uma saída para o impasse. As opiniões mostram-se menos intransigentes quando o tema é o mandato do presidente José Sarney. Mas alguns constituintes, como o senador Jarbas Passarinho, embora favoráveis a um mandato de cinco anos, podem rever a disposição diante de uma manifestação inequívoca da maioria nacional nesse sentido.

O deputado José Costa, do PMDB de Alagoas e parlamentarista, é a favor das eleições em todos os níveis ainda este ano, observando que deve ser este o resultado da Constituinte, "que está redesenhando um novo País". Como outros parlamentares, ele não se deixa influenciar pelo pensamento dos demais políticos, e acha que o fato de o general Leônidas Pires, ministro do Exército, e de o ministro Prisco Viana admitirem a realização de eleições gerais "reflete apenas o estado de espírito do lado situacionista. Afinal, o presidente Sarney disse várias vezes que a redução apenas do seu mandato tinha caráter punitivo e discriminatório e que a Constituinte se engrandeceria se aprovasse eleições gerais".

O senador José Richa, do PMDB do Paraná, é um dos que condiciona o pleito geral à forma de governo. Segundo ele, se for mantido o presidencialismo "a coerência nos manda votar a favor de uma emenda com esse objetivo. Não adianta realizar eleições apenas para a Presidência da República. Já no sistema parlamentarista, isso não tem importância porque o primeiro-ministro tem a possibilidade de constituir a maioria parlamentar".

Já o deputado Pimenta da Veiga, do PMDB de Minas Gerais, quer eleições em todos os níveis este ano, o que, para ele, deve ser o resultado da Constituinte e do ambiente político existente no País. "Acho que devemos escolher novas pessoas, seja o regime parlamentarista ou presidencialista."

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, entende que as eleições devem ser apenas para a Presidência da República e para os deputados federais e senadores, excluindo-se delas governadores e deputados estaduais. Ele justificou as eleições para os constituintes como uma "questão de ética; já que pretendemos reduzir o mandato do presidente da República, devemos fazer o mesmo com o nosso, sobretudo se o regime adotado for o parlamentarismo. Nós podemos mudar o sistema de governo, mas para exercer esses novos po-

deres, devemos renovar nossos mandatos".

O senador Jarbas Passarinho, do PDS do Pará, discorda da tese e considera que os parlamentares federais foram eleitos para uma Constituinte congressual, não havendo pois necessidade de renovar seus mandatos. "Isso não tem cabimento", disse o senador, acrescentando ser também contrário à eleição de presidente da República neste ano. Só que, neste caso, ele admite rever sua posição, se for para acompanhar "uma aspiração irresistível da sociedade".

Em nenhuma hipótese o deputado Expedito Machado, do PMDB do Ceará, votará a favor de eleições em 88, seja para a Presidência ou para qualquer cargo eletivo. Segundo argumentou, ainda que a nova Constituição seja promulgada no primeiro semestre deste ano, será preciso realizar a tarefa de aprovar a legislação complementar, "processo que não pode ser atropelado com eleições".

Também o senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão, não admite, em "nenhuma circunstância" votar a favor de eleições este ano, seja para presidente ou para qualquer cargo. "Sou contra, mesmo porque os deputados e senadores foram eleitos para cumprir o mandato inteiro. Além disso, a Constituinte pode legislar para o futuro, o que está fazendo, e não para o passado", frisou o parlamentar, ligado ao presidente José Sarney.

Nem o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, quer saber de eleições gerais, embora defenda para a Presidência da República. Ele justificou que o presidente Sarney foi eleito pelo colégio eleitoral sob outro texto constitucional, enquanto os constituintes foram escolhidos através do voto popular e sob a égide de uma Carta diferente, que introduziu a liberdade partidária e eliminou a proibição das coligações partidárias. Ele também acha que as eleições gerais representariam "a diluição das instituições".

O deputado Ricardo Fiuza, um dos líderes do Centrão, não admite sequer conversar sobre o assunto e reitera sua posição a favor do mandato de cinco anos para José Sarney e contrária às eleições gerais. "Isto seria um golpe", diz o parlamentar do PFL de Pernambuco.

O deputado Oscar Correia (PFL-MG) acha que o presidente Sarney ainda poderá reverter o atual quadro desfavorável a ele e ao seu governo com uma medida de impacto, capaz de empolgar a opinião pública. "Ninguém ignora que a opinião das ruas é por demais instável. Os que hoje condenam Sarney amanhã poderão aplaudir-lo, se houver medidas que sensibilizem o povo", disse ele.

O parlamentar mineiro citou, como exemplo, a aquisição de casa própria a juros zero, que, se decretada por Sarney e pelo ministro Prisco Viana, teria respaldo popular. Seria uma medida de impacto, capaz de devolver ao presidente da República o apoio e a simpatia da opinião pública, observou.

Da mesma forma que Oscar Correia, Jorge Uequed e José Santana de Vasconcellos, o deputado e ex-ministro Delfim Netto afirmou, confiante, que uma iniciativa do presidente convocando eleições gerais ainda neste ano, em todos os níveis, faria com que a quase totalidade da opinião pública voltasse a apoiar o governo.

Brasília/Agência Estado